

AVISO/CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DA MADEIRA 2014-2020 (MADEIRA14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 9

Investir em Competências, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

10.c.iii. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

OBJETIVO ESPECÍFICO

10.c.iii.1 Elevar o nível de qualificação da população ativa (jovem e adulta), empregada ou desempregada, através de processos de RVCC e da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação.

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

117. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização dos conhecimentos, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

70. Aprendizagem ao longo da vida

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

11.09.54.03. Cursos de Aprendizagem

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO MADEIRA 14-20

Portaria n.º 74/2015 de 25 de março, na sua redação atual

Portaria n.º 82/2015 de 15 de abril, na sua redação atual

DATA DE ABERTURA: 30/09/2022 AS 10 HORAS

DATA DE FECHO: 21/10/2022 ÀS 17 HORAS

Aviso FSE: M1420-70-2022-16

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PROGRAMA OPERACIONAL MADEIRA 14-20

1. Âmbito e Objetivos do Aviso

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Encontra-se reconhecido no texto do **Eixo Prioritário 9** - Investir em Competências, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, **Prioridade de Investimento 10.c.iii**. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas”, a necessidade de aumentar as qualificações do capital humano, preparando-o para os desafios da Estratégia Europa 2020. No domínio das habilitações escolares, a Região é caracterizada por uma população ativa com baixo nível educativo, como também de um elevado nível de abandono escolar precoce e níveis de insucesso escolar (taxas de desistência e de retenção) significativos, a par de fragilidades ao nível do desempenho escolar (competências adquiridas).

No âmbito do objetivo específico estabelecido “Elevar o nível de qualificação da população ativa (jovem e adulta), empregada ou desempregada, através de processos de RVCC e da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação”, pretende-se atingir os seguintes resultados:

- Melhoria dos níveis de competências básicas dos ativos adultos;
- Elevação do nível de qualificação dos ativos adultos;
- Consolidação e/ou conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação;
- Melhoria de competências técnicas específicas mediante o reforço da participação em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Aumento do volume de adultos certificados com dupla certificação (por ISCED e nível de qualificação), segundo a modalidade de formação ou via processos RVCC.

2. Beneficiários

Constitui-se como beneficiária da tipologia, nos termos previstos na alínea c) do artigo 16º da Portaria nº 82/2015 de 15 de abril, na sua atual redação, a seguinte entidade:

- Instituto para a Qualificação, IP-RAM.

3. Destinatários

Têm acesso aos cursos de aprendizagem os jovens com idade inferior a 25 anos que concluíram com aproveitamento o terceiro ciclo do ensino básico ou equivalente e que não detenham uma habilitação escolar de nível secundário ou equivalente, conforme artigo 3º da Portaria n.º 36/2009.

4. Tipologia de Intervenção, de Operação e Ações

A tipologia de Operação e Ações passíveis de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso/Convite, constam alínea d) n.º 1 do artigo 15.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, na sua atual redação, enquadrando-se na ação prevista no n.º 6 do art.º 15 da citada Portaria relativamente ao ano letivo 2022/2023 (dos ciclos formativos 2020/2023, 2021/2024 e 2022/2025):

Tipologia de Intervenção: 70. Aprendizagem ao longo da vida

Tipologia de Operação: Cursos de Aprendizagem

Ação: cursos conferentes de nível 4 de qualificação do QNQ

No âmbito das referidas ações são elegíveis os 3ºs anos letivos dos 4 cursos que iniciaram o ciclo formativo no ano letivo 2020/2023, os 2º anos letivos dos 3 cursos que iniciaram o ciclo formativo em 2021/2024 e 1ºs anos de 4 cursos do ciclo formativo 2022/2025.

5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, na sua atual redação.

6. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso/Convite, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 25.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, na sua atual redação.

Neste contexto, os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidas na Portaria n.º 74/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 5º da Portaria n.º 74/2015, de 25 de março, na sua atual redação, as operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda 50.000,00€, são obrigatoriamente apoiadas em regime de custos simplificados, na modalidade de montante fixo, com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando-se para este efeito, os montantes totais inscritos, por rubrica de despesa, no formulário de candidatura, para o conjunto de ações propostas a financiamento, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

7. Dotação financeira máxima indicativa e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima indicativa de Fundo Social Europeu (FSE) afeta ao presente Aviso/Convite é de € 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil de euros).

A taxa máxima de cofinanciamento FSE a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 4.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, na sua atual redação, sendo a contribuição pública nacional de 15% suportada pelo beneficiário (cf. nº 3 do artigo 67º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro).

8. Limite ao número de candidaturas a apresentar

Cada entidade apenas deverá apresentar uma candidatura no âmbito do presente aviso.

9. Elegibilidade das candidaturas e das despesas a cofinanciar

9.1. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso/Convite terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

9.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações devem cumprir os critérios de elegibilidade estabelecidos no nº5 do artigo 15º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril,

na sua atual redação, bem como as constantes do ponto 4 deste Aviso.

9.3. Elegibilidade de despesas

A elegibilidade de despesas está definida nos artigos 9.º ao 15.º da Portaria n.º 74, de 25 de março, na sua atual redação.

As candidaturas abrangidas por este Aviso/Convite não estão sujeitas ao período inicial de elegibilidade de despesas previsto no nº 1 do artigo 8º da Portaria n.º 74/2015, de 25 de março, na sua atual redação, de acordo com o artigo 19º do mesmo diploma.

9.4. Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

9.5. Duração máxima das operações a apoiar

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem estar concluídas, até **30/09/2023**, sendo que o respetivo pedido de pagamento de saldo, com as despesas incorridas e pagas, deve ser submetido, **impreterivelmente**, até ao **dia 31/12/2023**, data final de elegibilidade do Programa Madeira 14-20.

9.6. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os seguintes documentos:

9.6.1. Documentos Relativos ao Beneficiário

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º;
- b) Declaração de início de atividade e/ou respetivas alterações;
- c) Comprovativo da situação regularizada face à Administração Fiscal e Segurança Social ou, em alternativa, autorização para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, perante a administração fiscal e a segurança social;
- d) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
- e) Comprovativo do Regime do IVA - documentação relativa ao enquadramento do beneficiário quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeito.

9.6.2. Documentos Relativos à Operação

- a) Memória descritiva da Operação que inclua os seguintes aspetos:
 - Enquadramento geral da operação;
 - Enquadramento da Operação no Programa Madeira 14-20;

- Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
- Custos da operação e calendarização;
- b) Documentos comprovativos das fontes de financiamento do investimento previsto na candidatura, nomeadamente inscrição orçamental que garanta a existência de contrapartida nacional para a realização da operação;
- c) Declaração onde atestem que serão cumpridas as normas em matéria de mercados públicos;
- d) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- e) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação.

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

10. Seleção das Candidaturas

As candidaturas apenas serão selecionadas para cofinanciamento do Madeira 14-20, no âmbito do presente Aviso/Convite, caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 50 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20 e caso exista dotação financeira disponível na respetiva Prioridade de Investimento, para cofinanciar a operação.

11. Apuramento do Mérito

11.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação

Na avaliação do mérito da operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20, tendo em conta os parâmetros de avaliação e constantes no **Anexo I** deste Aviso.

11.2. Classificação Final

A Classificação Final da operação é determinada pela soma das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo esta classificada numa escala de 0 a 100.

12. Contratualização de resultados no âmbito da candidatura

12.1. Contratualização de indicadores de resultado e de realização

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 18º da Portaria nº 82/2015, de 15 de abril, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada. O beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com o IDR, IP-RAM, enquanto Autoridade de Gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

Os resultados mínimos a contratualizar com a Autoridade de Gestão, com referência aos indicadores definidos para o Programa Madeira 14-20, são os descritos no quadro seguinte:

Tipo de Indicador	Código do Indicador	Indicador	Unidade de Medida	Meta
Realização	O.10.03.03.E	Jovens apoiados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	(1)
Resultado	R.10.03.03.E	Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	%	>=65%

(1) Indicador a definir pelo beneficiário em sede de candidatura., somatório dos alunos a abranger na candidatura.

(2) N.º de jovens que terminaram o curso com sucesso no tempo previsto para a sua duração /N.º de jovens apoiados que iniciaram esse mesmo curso*100

12.2. Grau de cumprimento dos indicadores contratualizados

O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, bem como no processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, destacando-se as seguintes regras:

- Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos resultados contratualizados, procede-se a uma redução de 0,5 % sobre a despesa total elegível apurada em sede de saldo final, até um máximo de 10%;
- A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando os resultados a alcançar atinjam 85% dos resultados contratualizados, sendo que abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento de 85% da meta;
- Se o nível de execução for inferior a 25%, face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela Autoridade de Gestão, com adequada fundamentação.

13. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM, Autoridade de Gestão do Madeira 14-20.

14. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20 pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

15. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação.

16. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a

operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO Madeira 14-20, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

O incumprimento das normas de informação e publicidade pode dar origem à redução do apoio, nos termos previstos na alínea f) do n.º 2 do artigo 12.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, na sua atual redação.

17. Informações e esclarecimentos

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser efetuados através do *site* do Programa, [Madeira 14-20](#) ou dirigidos para:

Autoridade de Gestão

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, nº16
9000-715 Funchal
idr@madeira.gov.pt

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20